

Cleber Francisco Alves

**A estruturação dos serviços de Assistência
Jurídica
nos Estados Unidos, na França e no Brasil e sua
contribuição para garantir a igualdade de todos no
Acesso à Justiça**

TESE DE DOUTORADO

VOLUME II

DEPARTAMENTO DE DIREITO
Programa de Pós-Graduação em Direito

Rio de Janeiro
Dezembro de 2005



Cleber Francisco Alves

**A estruturação dos serviços de Assistência
Jurídica nos Estados Unidos, na França e no Brasil
e sua contribuição para garantir a igualdade de
todos no Acesso à Justiça**

Tese de Doutorado

Volume II

Tese de Doutorado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Orientador: Prof. José Ribas Vieira

Rio de Janeiro
Dezembro de 2005

Sumário

Volume I

1. Introdução	17
2. Premissas e Referenciais Teóricos	32
2.1. Estado de Direito, Consolidação Democrática e Acesso à Justiça	33
2.2. A luta pela Cidadania, o Movimento Mundial de Acesso à Justiça e a Efetividade dos Direitos Fundamentais	47
2.3. Os diferentes modelos de estruturação dos serviços de Assistência Jurídica para os pobres	66
3. A Assistência Jurídica aos pobres nos Estados Unidos	72
3.1. Notas introdutórias	72
3.2. Perspectiva histórica	80
3.3. A Assistência Jurídica em Causas Criminais	89
3.3.1. O papel da Suprema Corte na evolução da assistência jurídica causas criminais	89
3.3.2. O <i>Criminal Justice Act</i> e a defesa criminal perante os órgãos da Justiça Federal	93
3.3.3. A defesa criminal no âmbito dos Estados e a importância dos <i>Standards</i> propostos pela <i>American Bar Association</i>	97
3.4. A Assistência Jurídica em Causas Cíveis	115
3.4.1. A omissão estatal e o papel decisivo das organizações da sociedade civil na formatação do modelo de assistência jurídica em causas cíveis	119

3.4.2. A criação da <i>Legal Services Corporation</i> e sua missão como órgão estatal de financiamento e controle do sistema de assistência jurídica em causas cíveis	128
3.4.3. As recentes transformações do sistema de assistência jurídica em causas cíveis e as perspectivas para o futuro	134
3.4.4. Os <i>Standards</i> propostos pela ABA e sua importância para a normatização e sistematização dos programas de assistência jurídica em causas cíveis	143
4. A Assistência Jurídica aos pobres na França.....	164
4.1. Notas introdutórias.....	164
4.2. Perspectiva histórica.....	171
4.2.1. A assistência judiciária na França: das origens remotas ao pioneirismo do <i>Code de l'Assistance Judiciaire</i> de 1851	171
4.2.2. A reforma do sistema de assistência judiciária ocorrida no ano de 1972	177
4.2.3. A reforma de 1991 e o novo conceito de assistência jurídica em substituição à assistência judiciária	182
4.3. A Regulamentação Legal e a Operacionalidade na Prática do Sistema de Assistência Jurisdicional	187
4.3.1. Condições de admissibilidade ao benefício da assistência jurisdicional	189
4.3.2. Abrangência do benefício da assistência jurisdicional	194
4.3.3. O <i>Bureau d'Aide Juridictionnelle</i>	196
4.3.4. O procedimento para outorga do benefício da assistência jurisdicional	202
4.3.5. Os efeitos do benefício da assistência jurisdicional.....	209
4.3.5.1. A fórmula de cálculo do valor da retribuição devida aos advogados que prestam assistência jurisdicional	217

4.3.5.2. Mecanismos estabelecidos por Lei relativos ao financiamento do sistema e ao pagamento dos Advogados.	219
4.3.5.3. Efeitos do Benefício da assistência jurisdicional concedida em caráter total ou em caráter parcial	221
4.3.6. Assistência jurisdicional nos casos de designação de ofício de advogado para a defesa	223
4.3.7. A revogação do benefício da assistência jurisdicional	229
4.4. O papel complementar dos contratos de seguros privados à assistência jurisdicional prestada pelo Estado	233
4.5. A Assistência Jurídica Extrajudicial (<i>Aide à l'accès au Droit</i>)	240
4.5.1. Definição e abrangência dos serviços de assistência jurídica extrajudicial	245
4.5.2. Os Conselhos Departamentais de Acesso ao Direito – CDAD	248
4.5.3. O trabalho em rede – <i>Réseau</i> – e as Parceriais – <i>Partenariats</i> – com organizações da sociedade civil	255
4.5.3.1. <i>Maison de Justice et du Droit</i>	257
4.5.3.2. INAVEM e ADIAV: entidades de apoio às vítimas	259
4.5.3.3. <i>Boutiques du Droit</i> , da cidade de Lyon, e outras entidades de apoio à mediação comunitária	260
4.5.3.4. <i>Points d'Accès au Droit</i> - <i>Maison René Cassin</i> , na cidade de Béziers	262

Volume II

5. A Assistência Jurídica aos Pobres no Brasil	266
5.1. Notas introdutórias	266
5.2. Perspectiva histórica	274

5.2.1. A assistência judiciária: das origens remotas aos anos 40 do século XX	274
5.2.2 A assistência judiciária: dos anos 40 até o novo regime constitucional de 1988	283
5.2.3. A constitucionalização da Defensoria Pública e a nova garantia da Assistência Jurídica Integral e Gratuita: cenário atual e perspectivas do futuro	294
5.3. Da Assistência Judiciária à Assistência Jurídica Integral e Gratuita – regulamentação constitucional e legal	301
5.3.1. Condições de admissibilidade ao direito de assistência judiciária e de assistência jurídica	304
5.3.2. Abrangência do direito de assistência judiciária e de assistência jurídica	313
5.3.3.O procedimento para outorga da assistência judiciária e da assistência jurídica	318
5.3.4. Revogação e cassação do direito à assistência judiciária e da assistência jurídica	330
5.3.5. Os efeitos da assistência judiciária e da assistência jurídica	332
5.3.5.1. A orientação, aconselhamento e o patrocínio gratuito da causa por profissional habilitado	332
5.3.5.2. As espécies de despesas alcançadas pelo benefício da gratuidade de justiça total e parcial	337
5.3.5.3. A gratuidade de justiça e os ônus sucumbenciais	343
5.4. A Defensoria Pública como Função Essencial à Justiça no Brasil	344
5.4.1. A Defensoria Pública como instituição estatal autônoma desvinculada dos demais Poderes do Estado	350
5.4.2. Da ausência de respaldo constitucional para que os municípios possam criar serviços de assistência jurídica	356

5.4.3. A Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública e sua importância para a consolidação institucional no campo normativo	360
5.4.4. Um breve retrato da realidade institucional da Defensoria Pública e dos Defensores Públicos brasileiros	375
5.4.5. A Defensoria Pública do RJ e seu pioneirismo no cenário nacional	379
5.5. A contribuição de outras instituições estatais e organizações civis para o Acesso dos Pobres à Justiça no Brasil	383
6. Conclusão	388
7. Referências Bibliográficas	402
8. Anexos	423